

RELATÓRIO

VII Reunião Técnica de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados

Relator - Sady Fauth

Apoio



Realização

Secretaria
Nacional de Justiça

Ministério da
Justiça



Índice

1. Apresentação – 3

2. Registro e Sistematização das Discussões - 6

- 2.1. Data e Local da Reunião - 6
- 2.2. Relação dos Participantes Presentes - 6
- 2.3. Informes da CETP/DEJUS/SNJ/MJ – 8
- 2.4. Sessão 1: Fluxograma de trabalho entre Núcleos e Postos e temas de atendimento e/ou referenciamento de vítimas de tráfico de pessoas - 11
- 2.5. Solenidade de Abertura - 13
- 2.6. Sessão 2: Formulário de atendimento a vítimas de tráfico de pessoas por Núcleos e Postos de ETP - 14
- 2.7. Sessão 03: Representação Núcleos e Postos CONATRAP. Critérios e indicação de representantes - 18
- 2.8. Sessão 04: Discussão de propostas para a revisão das Portarias do Ministério da Justiça sobre Núcleos e Postos - 25
- 2.9. Sessão 05: Compartilhamento de Informações e Pautas de Núcleos e Postos - 30
- 2.10. Sessão 06: Apresentação do CONATRAP - 40
- 2.11. Sessão 07: O II PNETP e a atuação dos Núcleos e Postos - 42
- 2.12. Sessão 08: Instrumento de Cooperação para a comunicação entre Núcleos e Postos - 43
- 2.13. Sessão 09: Visita técnica ao NETP/RJ - 46
- 2.14. Encaminhamentos da VII Reunião Técnica - 46

3. Percepção Avaliativa dos Participantes - 48

4. Anexo - 50

CD Conteúdo:

Áudio da reunião (3 dias)

Registro Fotográfico

Listas de presença assinadas

Fichas de Avaliação

Tabulação dos dados – Fichas de Avaliação

Termo de Cooperação (GT Protocolo de Encaminhamento)

Agenda Tentativa da VII Reunião Técnica

Fluxograma revisado PÓS reunião

II PNETP – Cartilha

II PNETP – Vídeo

CONATRAP - Apresentação da Metodologia de Construção

CONATRAP – Proposta Eleição Representante da Rede



1. Apresentação

Este documento apresenta o registro e a sistematização da VII Reunião Técnica de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados, realizada entre os dias 17 a 19 de abril de 2013, no Rio de Janeiro, RJ.

A reunião contou com a presença de 32 (trinta e dois) integrantes da Rede de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM), entre coordenadores e representantes das equipes técnicas que combatem o tráfico de pessoas em todo país. O encontro foi promovido pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ/MJ), com o apoio da Guarda Municipal e da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Os trabalhos foram conduzidos pela diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS), Fernanda dos Anjos; e pela Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Substituta (CETP), Lucicleia Souza.

A solenidade de abertura oficial foi realizada no período da tarde do dia 17, em virtude da agenda das autoridades convidadas que estavam impossibilitadas de participar no período da manhã. Estiveram presentes, o secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Zaqueu Teixeira; o coordenador de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro, Ernesto Braga; a delegada Célia Silva Rosa, representando a delegada Chefe da Política Civil do Estado do Rio de Janeiro, delegada Martha Rocha; e o major Leonardo D'Andréa Vale, representando o presidente do Instituto de Segurança Pública (ISP), coronel Teixeira.

Entre a pauta, estavam os debates para estabelecer uma padronização dos fluxos de atendimentos dos núcleos e postos, espalhados por todo o país, e a escolha de representante da rede para compor o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap). Os participantes também realizaram visita técnica à sede da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) com o objetivo de conhecer a estrutura do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado do Rio de Janeiro.

A Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas conta hoje com 17 Núcleos e 10 Postos distribuídos nas cinco regiões do país.



A agenda de atividades e debates seguiu o quadro abaixo:

Programação 1º DIA

17/04/2013 7h30 - Início do deslocamento do Hotel para a Guarda Municipal.

8h00 – 8h30 - Credenciamento e assinatura de presenças.

8h30 – 9h30 - Breves saudações da CETP/SNJ/MJ e representantes do posto do Rio de Janeiro. Informes da CETP/MJ. Informes práticos da organização do evento.

9h30 – 12h00 - Sessão 1) Fluxograma de trabalho entre Núcleos e Postos e temas de atendimento e/ou referenciamento de vítimas de tráfico de pessoas.

12h00 – 14h00 - ALMOÇO

14h00 – 15h00 - SOLENIDADE DE ABERTURA. Abertura da VII Reunião Técnica dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados.

Composição da mesa diretora:

- Diretora do DEJUS
- Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
- Secretário da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro
- Coordenador de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro
- Chefe da Política Civil do Estado do Rio de Janeiro
- Presidente do Instituto de Segurança Pública (ISP)

15h00 – 18h30 - Sessão 2) Formulário de atendimento a vítimas de tráfico de pessoas por Núcleos e Postos de ETP (Análise e Validação)

Programação 2º DIA

18/04/2013 8h00 - Início do deslocamento do Hotel para a Guarda Municipal.

8h30 – 9h00 - Assinatura de presenças.

9h00 – 12h00 - Sessão 03) Representação Núcleos e Postos CONATRAP. Critérios e indicação de representantes

12h00 – 14h00 - ALMOÇO

14h00 – 16h00 - Sessão 04) Discussão de propostas para a revisão das Portarias do Ministério da Justiça sobre Núcleos e Postos.

16h00 – 16h15 - INTERVALO

16h00 – 18h30 - Sessão 05) Compartilhamento de Informações e Pautas de Núcleos e Postos:

- Informes de cada Núcleo e Posto
- Agenda de trabalho da Rede de Núcleos e Postos: seleção de prioridades temáticas mais urgentes.
- outros temas de interesse da Rede.



Programação 3º DIA**19/04/2013 Até 8h30 - Check out do Hotel**

8h30 - Início do deslocamento do Hotel para a Guarda Municipal.

8h30 - 9h00 - Assinatura de presenças.

9h00 - 09h30 - Sessão 06) Apresentação do CONATRAP.

9h30 - 10h00 - Sessão 07) O II PNETP e a atuação dos Núcleos e Postos.

10h0 - 11h30 - Sessão 08) Instrumento de Cooperação para a comunicação entre Núcleos e Postos (Validação).

11h30 - 12h00 - Informes finais da Rede.
- Preenchimento da avaliação final da reunião.

12h00 - 14h00 - ALMOÇO

14h00 - Início do deslocamento da Guarda Municipal para o NETP/RJ.

14h00 - 18h00 - Sessão 09) Visita técnica ao NETP/RJ.

18h00 - Encerramento. Retorno dos participantes.

Este documento e seus anexos retomam os principais momentos da VII Reunião Técnica de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados, desde a abertura, passando pelas mesas de diálogo e visita de conhecimento. Tendo em vista a produção de um relatório que pudesse contemplar a totalidade da reunião, os relatos das atividades foram sistematizados de modo a reproduzir sucintamente os objetivos, o desenvolvimento e o resultado (encaminhamentos).



2. Registro e Sistematização das Discussões

2.1. Data e Local da Reunião

A VII Reunião Técnica de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados foi realizada nos dias 17 a 19 de abril de 2013, no Salão Nobre da Sede da Guarda Municipal do Estado do Rio de Janeiro. Av. Pedro II, 111, São Cristóvão, Rio de Janeiro, CEP 20.941-070.

2.2. Relação dos Participantes Presentes¹

Nome completo	Cargo / Função	Órgão / Empresa	E-mail
ADMAR FONTES JÚNIOR	Técnico Jurídico	Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	fontesjunior@hotmail.com
ALÉXIA MEURER	Assistente Especial II	Secretaria da Segurança Pública - RS	alexameurer@hotmail.com
ANA PAULA DE OLIVEIRA ALMEIDA	Coordenadora de Assuntos Internacionais	Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania	anapaula.almeida@msn.com
ANNIE VIEIRA CARVALHO	Assistente Social	Secretaria de Justiça - DF	annie.carvalho@gmail.com
AUGUSTO EDUARDO MOREIRA VALENTIM	Coordenador	PAAHM/RJ	augustovalentim@yahoo.com.br
CÁSSIA REIS DONATO	Gestora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - MG	Instituto ELO	gestaosocialnetp@yahoo.com.br
CRISTINA DA SILVA CUNHA	Guarda Municipal	GM-Rio PAAHM	krys_kunha@hotmail.com
EBENÉZER MARCELO MARQUES DE OLIVEIRA	Assessor Técnico	Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos	ebenezer.marquesdeoliveira@gmail.com
FERNANDA MACHADO GIVISIEZ	Coordenadora	Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos	fernanda.givisiez@defesasocial.mg.gov.br fernandagivisiez@gmail.com
GIRLANIA DE SOUSA PEREIRA CALDERON	Gestora de Políticas Públicas	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	girlaniacalderon@hotmail.com
JEANNE DE AGUIAR PINHEIRO DE SOUZA	Coordenadora	NETP/PE - Secretaria de Defesa Social	jeanne-aguiar@hotmail.com
JECHONIAS FIDELIS SALGADO	Guarda Municipal	GM-Rio PAAHM	jechoniassalgado@yahoo.com.br
JULIANA FELICIDADE ARMEDE	Coordenação NETP/SP	Secretaria de Justiça e Cidadania	jarmede@sp.gov.br
KATIÚSCIA SILVA PINHEIRO DO AMARAL	Delegada/Coordenadora	Secretaria de Justiça e Segurança Pública	katiuscipinheiro@hotmail.com gabsejspanama@hotmail.com

¹ Lista de presença assinada em anexo (CD)



LEILA MARIA DOS SANTOS SILVA	Coordenadora	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	leilasilva503@gmail.com leila.silva@sejudh.pa.gov.br
LIVIA MARIA XEREZ DE AZEVEDO	Advogada/Coordenadora NETP- PAAHM	SEJUS	liviaxerez.netp@hotmail.com
LUCIENE BUENO SOARES DOS SANTOS	Guarda Municipal	GM-Rio PAAHM	bueno_vitoriosa@hotmail.com
LUIZ PAULO DUARTE	Guarda Municipal	GM-Rio PAAHM	luizanarteduarte@yahoo.com.br
MARCELO NEVES DA SILVA	Guarda Municipal	GM-Rio PAAHM	marcelo.zeus@yahoo.com.br
MARIA DA CONCEIÇÃO CARVALHO	Diretora de Direitos Humanos	Secretaria de Estado da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos	carvalhomcz@hotmail.com
MARTA HELENA DA SILVA SANTOS	Gerente de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	GETP -Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Cidadania /DF	hmarta9@hotmail.com
MICHELLE VITÓRIA CUSTÓDIO CAMPBELL DA FONSECA	Diretora	NETP/AM - Secretaria de Estado de Justiça de Direitos	michellecustodio@sejus.am.gov.br
MILTON FELICIO DE SOUSA	Guarda Municipal	GM-Rio PAAHM	feliciobom@hotmail.com
MILTON NUNES CRUZ	Guarda Municipal	GM-Rio PAAHM	milton.nunes@yahoo.com.br
NINA ROSA DAS NEVES MARQUES	Guarda Municipal	GM-Rio PAAHM	ninaneves@gmail.com
NUBIA LIMA DO NASCIMENTO	Guarda Municipal	GM-Rio PAAHM	nubia_lima@gmail.com
PEDRO GABRIEL SOARES SOUZA	Superintendente	NETP-MA	pedrobiel84@hotmail.com
SHEILA VASQUES DE OLIVEIRA	Delegada de Polícia Civil	Polícia Civil - AP	sheilavasques@policiacivil.ap.gov.br
SILVANA MARIA DE SOUZA	Gerente Geral Técnica	Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social - PAAHM	gentile.silvana@gmail.com
STELLA MARIS MACHADO NATAL	Coordenadora-NETP-PR	Secretaria de Justiça do Paraná	stella.natal@hotmail.com
THAÍSA CHRISTINE DE OLIVEIRA COSTA	Assistente Social - NETP - AL	Secretaria de Estado da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos	thaisacoc@hotmail.com
VALDIR MONTEIRO DA SILVA	Coordenador Interino	CEETP - GO	valdimont@ibest.com.br

Além dos 32 (trinta e dois) representantes dos núcleos e postos, também estiveram presentes a equipe técnica do Ministério da Justiça e consultores listados abaixo:

Nome completo	Cargo / Função	Órgão / Empresa	E-mail
FERNANDA ALVES DOS ANJOS	Diretora	DEJUS/SNJ/MJ	fernanda.anjos@mj.gov.br
GRAZIELA DO Ó ROCHA	Consultora	Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - CETP/DEJUS/SNJ/MJ	grazielladh@gmail.com



LUCICLEIA SOUZA E SILVA ROLLEMBERG	Coordenadora Substituta	Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - CETP/DEJUS/SNJ/MJ	lucicleia.silva@mj.gov.br
OFÉLIA FERREIRA DA SILVA	Consultora	Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - CETP/DEJUS/SNJ/MJ	ofeliaferreiradasilva@hotmail.com
SADY SIDNEY FAUTH JÚNIOR	Consultor	Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - CETP/DEJUS/SNJ/MJ	sadyfauth@hotmail.com
SANDRA LOPES DE OLIVEIRA SANTOS	Servidora	DEJUS/SNJ/MJ	sandra.lopes@mj.gov.br
VERÔNICA ALMEIDA DOS ANJOS	Consultora	Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - CETP/DEJUS/SNJ/MJ	vanjos17@gmail.com

2.3. Informes da CETP/DEJUS/SNJ/MJ

A diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS), Fernanda dos Anjos, fez uma breve saudação dando boas vindas a todos os presentes e agradeceu a acolhida da Prefeitura do Rio de Janeiro, em especial ao Coordenador do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante do Aeroporto Internacional do Galeão, Major Augusto Valentim, que colocou a Guarda Municipal à disposição para realização desse evento. Por oportuno, Valentim registrou que sua equipe do Posto Avançado do Galeão-RJ, se fazia presente e acompanharia os três dias da reunião. Após uma rodada de apresentação (nome do representante e da rede que representa), a Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, na pessoa de Lucicleia Souza (foto), apresentada como coordenadora substituta, passou os informes das atividades realizadas no período de janeiro a abril do corrente ano. A saber:



- ❑ Aprovado o Decreto nº 7.901, de 04 de fevereiro de 2013, que institui a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CONATRAP e autoriza a publicação do II Plano Nacional;
- ❑ Aprovado o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas pela Portaria Interministerial nº 634, de 25 de fevereiro de 2013;



- ❑ Instalado o Grupo Interministerial de monitoramento e avaliação do II PNETP pela Portaria MJ nº 909, de 14 de março de 2013;
- ❑ Selecionada a nova Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (foram recebidos mais de 500 currículos);
- ❑ Selecionada ONG para desenvolvimento dos produtos de capacitação de jornalistas;
- ❑ Missão Técnica Itália: Entre os dias 25 de fevereiro e 01 de março, o secretário Nacional de Justiça e a diretora do DEJUS estiveram em missão técnica à Itália, juntamente com representantes do MRE, SDH, SPM e outros órgãos, com o objetivo de dialogar com autoridades italianas e a comunidade brasileira na Itália sobre brasileiro/as em situação de vulnerabilidade naquele país;
- ❑ Realizada a 1ª. Reunião do Grupo Interministerial de monitoramento e avaliação do II PNETP em 11 de abril de 2013;
- ❑ Atualizado o curso EAD sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas da SENASP;
- ❑ Lançado o Portal do Retorno no dia 27 de março de 2013 pelo MRE. O Portal tem o objetivo de centralizar todas as informações sobre serviços e programas para o auxílio de brasileiros que queiram retornar ao país, especialmente aqueles que se encontram em maior situação de vulnerabilidade;
- ❑ Audiência do Ministro da Justiça com os membros da CPI Câmara, no dia 06 de março. Na conversa, foram apresentados resultados parciais da CPI e alguns encaminhamentos foram tomados, como a realização de reunião com o DPF para pactuar estratégia de investigação conjunta;
- ❑ Posto Tietê – fechado temporariamente nessa nova gestão municipal;
- ❑ Diagnóstico ENAFRON – tráfico de pessoas nas fronteiras secas brasileiras. Parceria firmada com ICMPD e UNODC:
 - selecionada Coordenadora da Pesquisa e equipe de pesquisadores
 - realizado Workshop de Capacitação dos Pesquisadores entre os dias 04 a 05 de abril em Brasília
- ❑ Seleção de nova consultora para o ToT do Projeto Itineris;



- ❑ Pesquisa sobre Mulheres e população trans e violações de Direitos Humanos nas fronteiras – parceria da UNB com o Ministério da Saúde;
- ❑ O Núcleo de pesquisa Suindara solicitou apoio local
- ❑ Ampliação e permanência da elaboração do clipping e circulação do Informativo ETP;
- ❑ Acompanhamento da CPI da Câmara dos Deputados (Brasília e audiências públicas em outros estados);
- ❑ Vídeo sobre o II PNETP;
- ❑ Preparação para lançamento de Campanha para Grandes Eventos e do Coração Azul, destacando a presença do diretor-geral do UNODC no Brasil;
- ❑ Construção do Edital de seleção dos representantes da Sociedade Civil do CONATRAP
- ❑ Eventos em programação:
 - Seminário “A Cooperação Jurídica Internacional no Combate ao Crime Organizado Transnacional: Novas Perspectivas” - DRCI - Brasília, 25 e 26 de abril;
 - Participação na Capacitação sobre Tráfico de Pessoas e Refugiados – 24 de abril;
 - Apoio na atividade do CNBB, que será realizada nos dias 7 e 8 de maio, em Brasília, bem como na construção do Texto-base para a Campanha da Fraternidade de 2014, que terá como tema “Fraternidade e Tráfico Humano”.
 - Audiência Pública no Rio de Janeiro em parceria com o Ministério Público Federal - 17 de maio;
 - III Simpósio Internacional do CNJ sobre ETP - Campo Grande/MS - 27 e 28 de junho.

No tocante as publicações, mencionou que:

- ❑ Encontra-se programada nova tiragem do Guia de Referência para a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil, que já teve 1.000 exemplares distribuídos;
- ❑ Já foram distribuídos 140.000 exemplares da nova Campanha do Passaporte;



- ❑ Encontra-se disponível versão eletrônica do Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: consolidação dos dados de 2005 a 2011;
- ❑ Encontra-se disponível também a versão eletrônica da Metodologia Integrada de Coleta e Análise de Dados e Informações sobre Tráfico de Pessoas.

Por fim, registrou as consultorias que dialogam com a Rede de Núcleos e Postos:

- ❑ Consultoria para desenhar metodologias, modelos e manuais de processamento e prestação de contas dos convênios e outros instrumentos de parceria;
- ❑ Consultoria para matriz nacional de formação em ETP e projetos pedagógicos;
- ❑ Consultoria relacionada ao atendimento às vítimas;
- ❑ Consultoria para expansão do Ligue 180;
- ❑ Consultoria para propor metodologia de diagnóstico local;
- ❑ Consultoria para funcionamento do CONATRAP (produto específico “Guia do membro de Comitês de ETP);
- ❑ Contratação de ONG para sensibilização de profissionais da comunicação (Guia de Referência e Oficina)

Fernanda dos Anjos mencionou os pontos de pauta da VII Reunião, e o material de trabalho disponível na pasta que cada participante recebeu.

2.4. Sessão 1: Fluxograma de trabalho entre Núcleos e Postos e temas de atendimento e/ou referenciamento de vítimas de tráfico de pessoas.



Verônica dos Anjos

A consultora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Verônica dos Anjos, conduziu a sessão. Fez uma apresentação da proposta do fluxograma, apresentando o processo de elaboração, conceitos, características e finalidades. Várias colocações surgiram no decorrer da apresentação. Juliana Armede (NETP/SP) se preocupou com a dinâmica de referenciamento interno, no que tange o *fluxo intra*, e solicitou que fosse explicitado no gráfico que os encaminhamentos sejam comunicados para o Núcleo e/ou para a Rede.

Sob o perfil *Referencial*, Jeanne de Aguiar (NETP/PE) sugeriu que a delegada Vanessa Gonçalves faça um comunicado às Superintendências da Polícia Federal (PF),

esclarecendo a orientação que a rede recebeu de encaminhar uma cópia da denúncia para a Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas (URTP) da PF, colaborando assim com o processo de investigação. Marta Helena (NETP/DF) sugeriu que a rede, em suas Unidades de Federação, procurem capacitar os servidores dos CREAS sobre o tema de tráfico de pessoas, melhorando o atendimento jurídico, psicológico e sócio-assistencial, prestado por esses centros de referência. Silvana de Souza (PAAHM/SP) acha importante trabalhar as especificidades do recambio, compartilhando as responsabilidades, e questionou quando deverá fazer a comunicação às URTP/PF. Verônica esclareceu que o Núcleo/Posto deve enviar o comunicado somente em caso de registro policial. Luciene Bueno (PAAHM/RJ) ressaltou a importância do perfil apresentado, mas que infelizmente nem sempre as vítimas chegam até a rede para que possa realizar um atendimento mais humanizado.

No tocante ao perfil *Criança e adolescente*, Juliana Armede (NETP/SP) sugeriu que fosse incluído no atendimento a possibilidade de também dialogar com a Assistência Social. Com relação ao encaminhamento, sugeriu a identificação técnica da referência, que é o Ministério Público do Estado, e não o Ministério Público da Infância. Por fim, com intuito de garantir os direitos do migrante sugere que sejam referendados os órgãos de justiça que cuidam da infância e juventude. Leila Silva (NETP/PA) disse que existe uma peculiaridade de cada instituição, mencionou o caso da adolescente resgatada em Altamira e pontuou a inclusão das delegacias especializadas na área dos direitos da criança e adolescente para tomar conta dos casos. Fernanda Machado (NETP/MG) observou que o Conselho Tutelar deve ser articulado, independente de ser ou não a porta de entrada. Ebenézer Marques de Oliveira (NETP/RJ) se sentiu contemplado com as falas da Juliana e da Fernanda, e parabenizou o trabalho da consultora e a iniciativa do Ministério da Justiça quanto a construção dessa ferramenta. No item referenciamento/ encaminhamento, Michelle Custódio (NETP/AM) solicitou que fosse incluída a informação onde a Defensoria Pública, o Ministério Público, o Conselho Tutelar ou o Poder Judiciário deva configurar como porta de entrada, antes de se chegar até a ONG.

A conclusão da sessão se deu apresentando os perfis *Mulher e população LBGT e Estrangeiros(as)*.

Juliana Armede (NETP/SP) se comprometeu de enviar sugestões de texto com as



especificidades tratadas pelos atores de justiça para o perfil *Referencial e Criança e Adolescente*.

A consultora fez o registro das considerações por parte dos(as) participantes, para adequações posteriores². A sessão foi suspensa para o almoço, e como encaminhamento, a diretora Fernanda dos Anjos informou que as demais contribuições deveriam ser encaminhadas por e-mail para a consultora, até o dia 30 de abril.

2.5. Solenidade de Abertura

da esq. para dir: Zaqueu Teixeira, Fernanda dos Anjos, Lucicleia Souza e Ernesto Braga



A solenidade de abertura contou com o cerimonial da Guarda Municipal e a execução do hino nacional. A mesa foi composta pela diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (DEJUS), Fernanda dos Anjos; o secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Zaqueu Teixeira; a coordenadora substituta da

Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CETP), Lucicleia Souza; o coordenador de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro, Ernesto Braga; a delegada Célia Silva Rosa, representando a delegada Chefe da Política Civil do Estado do Rio de Janeiro, delegada Martha Rocha; e o major Leonardo D'Andréa Vale, representando o presidente do Instituto de Segurança Pública (ISP), coronel Teixeira.

A diretora Fernanda dos Anjos falou dos trabalhos desenvolvidos pelo Governo Federal, destacando a parceria com os estados, e registrou os objetivos concretos do encontro que é alinhar o atendimento humanizado às vítimas de tráfico de pessoas e apresentar a metodologia de instalação e participação do CONATRAP, definindo representante da Rede de Núcleos e Postos. Em nome do secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, agradeceu ao Governo do Estado, através da Subsecretaria de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, e o apoio da Prefeitura, por ter cedido a estrutura da Guarda Municipal para a realização da reunião. O secretário Zaqueu Teixeira, cumprimentou todos da mesa, deu boas vindas em nome do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referenciou os trabalhos do Comitê e do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

² Produto pós reunião, com as considerações apontadas, disponível na íntegra no anexo (CD)

do Rio de Janeiro, destacou a disseminação da informação por meio da novela “Salve Jorge” e desejou êxito nos trabalhos. O coordenador Ernesto Braga, enfatizou os trabalhos desenvolvidos por meio de uma ação articulada com os órgãos públicos, e divulgou o I Seminário Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que seria realizado no dia 07 de maio para debater o tema com a rede e a sociedade civil. Após as falas, foi exibido o vídeo institucional do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, constante no anexo deste relatório.

2.6. Sessão 2: Formulário de atendimento a vítimas de tráfico de pessoas por Núcleos e Postos de ETP

Dando prosseguimento a reunião, foi concedida novamente a palavra à consultora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Verônica dos Anjos, que deu continuidade as discussões iniciadas na VI Reunião Técnica³, apresentando o atual estado da proposta do formulário, para análise e validação dos seguintes blocos:

IV. Caso/Experiência

V. Atendimento/Referenciamento

VI. Monitoramento

Dando início ao debate e validação do formulário, no bloco **IV. Caso/Experiência** Verônica dos Anjos explicou o acréscimo do termo “(segundo indícios)” na categoria “23”. No item sobre a **atividade exercida**, da categoria **24. Se Tráfico de Pessoas**, Fernanda Machado (NETP/MG) solicitou a inclusão do termo “ambulante” na variável vendedor de rua. Thaísa Costa (NETP/AL) questionou o termo “indícios” acrescentado por Verônica, uma vez que implica dúvida, e os participantes Ebenézer e Fernanda informaram que o termo contempla, por ser pertinente ao registro de caso/atendimento. Juliana Armede (NETP/SP) disse que se trata de um termo técnico em termos jurídicos, indicando um caminho, e não implicando em dúvidas. Após as questões apresentadas, Thaísa se sentiu contemplada. Ebenézer Marques de Oliveira (NETP/RJ) solicitou o acréscimo do termo “Quais” na variável “Outros” do item sobre a atividade exercida.

No item **Finalidade**, houve contribuição do Ebenezer, sugerindo a inclusão da variável “Outros” e da Juliana, solicitando a inclusão da variável “Servidão por dívida”. O grupo

³ Foram discutidos na VI Reunião os blocos: I. Informações para Gestão/ II. Identificação/ III. Perfil Sócio-Econômico



concordou com as sugestões. Michelle Custódio (NETP/AM) acha que o formulário já está muito extenso, e que o grupo não parava de criar novos campos. Com intuito de solucionar essa questão, sugeriu que fosse criado somente um campo no final do formulário com a nomenclatura “Informações adicionais”.

No item **Relação da vítima com o traficante**, Aléxia Meurer (NETP/RS) e Fernanda Machado (NETP/MG) registraram que o termo “traficante” não cabe nesse item, pois o objetivo desse item é saber a relação da vítima com o aliciador. Nesse caso, o grupo decidiu substituir o termo por ALICIADOR. Nesse item ainda foram alinhadas as variáveis, ficando as seguintes opções:

- () Amigo/Colega/Vizinho/Conhecido
- () ~~Conhecido. De onde?~~ suprimido
- () ~~Relação afetiva de intimidade. Quem? (ex.namorado, companheiro)~~ suprimido
- () Cônjuge, companheiro, namorado
- () Parente
- () ~~Relação de trabalho~~ Superior hierárquico em ambiente de trabalho
- () Desconhecido
- () Sem informação

No item **Motivação** foi acrescentado o termo “para migrar” sugerido por Ebenézer. Silvana sugeriu a alteração da redação da variável “Necessidade financeira pessoal/da família” para “Melhoria da situação financeira”. Michelle sugere a seguinte redação - “Melhoria financeira pessoal/ da família”, sendo essa a opção escolhida pelo grupo. Fernanda dos Anjos solicitou a inclusão da seguinte variável – “Realizar processo de transformação do corpo”, sendo que o termo deverá ser checado com a SDH. A maior discussão girou em torno da variável “Desejo de ter uma vida no exterior”. Silvana sugeriu que este item só apresentasse essa opção + “Desejo de ter uma vida em outra cidade brasileira”, que também foi sugerida por Juliana. Já Thaísa, sugeriu excluir a variável, e Jeanne sugere mudar o termo “exterior” por “melhor”. Em processo de votação, o grupo decidiu excluir a variável. Juliana sugeriu suprimir a variável “Ameaça” por ser muito subjetivo. A consultora Verônica defendeu sua manutenção, com o acréscimo do termo “Qual?”. A última alteração nesse item foi na variável “Outros problemas familiares” que ficou com a redação “Questões familiares”.

O item **Meio utilizado para o recrutamento** e **Meio de transporte** foram aprovados sem



sofrerem alterações. E o item **Destino prometido**, baseado nas sugestões da Fernanda Machado, ficou da seguinte forma:

() Internacional

() Nacional

1. Intra-estadual

2. Interestadual

No item **Meio utilizado para controlar a vítima**, Fernanda dos Anjos informou que a variável “Condição degradante de trabalho” não é um meio controlado, sendo suprimida pelo grupo. A variável “Comida e bebida negadas” sofreu alteração de redação, ficando “Privação de comida/bebida”.

O último item alterado da categoria 24 foi **Como conseguiu sair**, onde a variável “Recebeu ajuda de agente de segurança pública” foi acrescida de “/órgão de fiscalização”; a variável “Outros” acrescido o termo “Quais?”, suprimido a variável “Terminou o acordo de trabalho”, e incluído a variável “O traficante libertou a vítima”.

Na categoria **25. Se Migrações**, foi incluída a variável “Expulsão” no lugar de “Repatriado” no item **Se brasileiro**, e o item **Motivação** foi repicado as variáveis da categoria anterior. Os demais itens foram aprovados sem sofrer alteração.

A categoria **26. Atendimento inicial oferecido pelo Núcleo/Posto**, Thaísa sugeriu suprimir a variável “Assistencial”, e o grupo acatou substituir o termo por “Social”. Foi incluída nova variável – “Orientações à distância”. Juliana aconselhou criar dois itens abertos – direto e indireto, ambos com as variáveis “Social”, “Psicológico” e “Jurídico”. Valdir Monteiro (CEETP /GO) acredita ser suficiente as variáveis sugeridas pela Juliana, que por sua vez, propôs nova redação da categoria – “Atendimento inicial oferecido pelo Núcleo/Posto, por meio de acolhimento e/ou articulação”. Jeanne vota por manter o formato original. *“Colocamos aqui expectativas que não são as que precisamos trabalhar nos núcleos e postos”* destacou Ebenézer. Após longas discussões, Fernanda dos Anjos esclareceu que o importante é entender que os núcleos e postos são as portas de entrada do atendimento. No final, o grupo decidiu pela proposta da Juliana, apresentando as três variáveis.

Na categoria **27. Se não houve referenciamento, marque a razão**, Fernanda Machado propôs o seguinte formato:



- Porque a vítima não quis dar continuidade ao atendimento
- O atendimento foi realizado integralmente pelo NETP/PAAHM
- Perda de contato com a vítima
- Não houve demanda de encaminhamentos por parte da vítima
- Vítima recusou o referenciamento
- A vítima veio a óbito
- Outros. Quais?

A rede aprovou a sugestão.

Fernanda dos Anjos aconselhou adiar a discussão do bloco **V. Atendimento/Referenciamento** para a próxima reunião. O grupo preferiu continuar o debate para finalizar essa atividade, e depois encaminhar as considerações por e-mail para a consultora.

Na categoria **28. Se houve referenciamento, marque qual/quais**, foi incluída como variável “Sociedade civil” no item **Recâmbio** (se ocorrido, como foi financiado). A variável COETRAE foi suprimida, e as demais focaram da seguinte forma:

- Consulado/embaixada
- Instituições/programas para refugiados
- CNIG/Departamento de Estrangeiros-MJ
- Registro Policial. Instituição: _____
- Acesso à justiça: Matéria Penal. Instituição? _____
- Acesso à justiça: Matéria Civil. Instituição? _____

Nessa categoria foi criado o item **Serviços sócio-assistenciais**, termo decidido pelas assistentes sociais Thaísa (NETP/AL) e Annie Vieira (NETP/DF), com as seguintes variáveis:

- Acolhimento/Abrigamento. Instituição: _____
- Saúde
- Habitação/Moradia. Instituição: _____
- Educação. Instituição: _____
- Trabalho e emprego. Instituição: _____

O item **Atendimento especializado** teve o acréscimo da variável “Organização da sociedade civil. Qual?”.



O último bloco validado foi **VI. Monitoramento**. Na questão **29. () Não houve monitoramento**, Fernanda Machado questionou a importância de saber porque não houve monitoramento. Esse questionamento fez com que o grupo opta-se por deixar uma pergunta aberta “PORQUE?”. A questão **30. () Houve monitoramento após 1º referenciamento externo** não sofreu alteração. Após sugestão da Fernanda Machado e aprovação da rede, a categoria **31. Contato feito com quem?** teve as seguintes sugestões incorporadas:

- () Pessoa atendida/familiar
- () Responsável (criança/adolescente) ou Conselho Tutelar
- () Instituição referenciada

Pensando na idéia de se ter um formulário simplificado e enxuto, a categoria **32. Quem fez o monitoramento** foi excluído.

Michelle sugeriu que os estados discutissem em suas instâncias o conceito de tráfico de pessoas, em especial adoção ilegal.

2.7. Sessão 03: Representação Núcleos e Postos CONATRAP. Critérios e indicação de representantes

Graziela do Ó Rocha



A fim de facilitar o processo de instituição do CONATRAP e seleção dos representantes da Rede de ETP composta por Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, a consultora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Graziela do Ó Rocha,

apresentou os critérios que serão debatidos e validados durante essa sessão. Apesar do Decreto 7.901 de 4 de fevereiro de 2013, reservar **(01) uma** vaga para representante a ser indicado pelos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e pelos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, acordou-se por assegurar que dois representantes, um de cada categoria, sejam designados pela Rede de ETP para representá-la no CONATRAP, considerando que NETPs e PAAHMs possuem naturezas distintas e que podem contribuir com o desenvolvimento do CONATRAP com experiências diversas, porém, as deliberações deverão ser realizadas em comum acordo entre os dois representantes, porque eles ocupam um único acento, designado a essa

categoria.

Após esse registro, apresentou os critérios de seleção dos representantes da Rede de Núcleos e Postos e os mesmos foram colocados para validação do Grupo.

Proposta de características necessárias à habilitação para a eleição.

1- Que os (as) Candidatos (as) tenham participado pessoalmente de pelo menos duas Reuniões Técnicas promovidas pela Secretaria Nacional de Justiça, além da Reunião Técnica do Rio de Janeiro.

2- Ser os (as) Candidatos (as) membros de Comitês Estaduais/DF ou municipais de ETP, formalmente constituídos.

Comprovação: Em caso de Estados/DF que tenham algum problema técnico como a dificuldade de publicação em Diário Oficial, a participação poderá ser comprovada por meio de atas de reuniões e carta formal do presidente/dirigente do Comitê.

Em seguida, a consultora abriu para diálogo e contribuições da Rede. Juliana Armede (NETP/SP) ressaltou a importância do trabalho, e defendeu os critérios apresentados pela consultora, e concordou plenamente com a metodologia para convocação dos membros do CONATRAP. Aléxia Meurer (NETP/RS) também se sentiu contemplada, mas questionou se haveria possibilidade de um representante do NETP se candidatar como representante do PAAHM e vice-versa. O grupo achou conveniente, assim o estado que tiver as duas instituições, por exemplo, poderá escolher em qual se candidatará. Fernanda Machado (NETP/MG) e Ebenézer Marques de Oliveira (NETP/RJ) acham importante destacar que a pessoa representará a Rede e não seu estado, sendo o acúmulo técnico importante entre os critérios. Michelle Custódio (NETP/AM) defendeu o critério de igualdade, concordando com as deliberações anteriores, além do representante poder decidir para qual instituição destinará seu voto. Jeanne de Aguiar (NETP/PE) diante das colocações, acha importante fazer eleição para titular e suplente. Fernanda Machado registra que a pessoa eleita deve se comprometer de levar os anseios da Rede para o CONATRAP, bem como compartilhar as informações discutidas no Comitê. Ebenézer Marques de Oliveira concordou com a Jeanne, mas acha que pode ser



ampliado as vagas para 2 suplentes além dos titulares, definindo a posição pela quantidade de votos, sem a necessidade de escolher se vai se candidatar para a vaga de titular ou de suplente. Com essa explanação, Jeanne retirou o formato sugerido.

Fernanda dos Anjos destacou que o representante no Comitê participará da discussão do regimento interno, e retificou se haveria necessidade de definir os critérios da candidatura (estabelecendo bloqueios de entrada) e metodologia da escolha do membro. *“Todos estão suficientemente esclarecidos pelas condições apresentadas ou preferem fazer mais uma rodada de discussão?”* questiona. Fernanda Machado perguntou se as regras serão válidas por 2 anos ou mais? O processo de amadurecimento será discutido posteriormente no âmbito



dos Comitês, destaca Fernanda dos Anjos. Juliana provoca, ainda que não se adote os critérios apresentados pela consultora - de ter ou não filtro para entrar - os participantes aqui presentes deixem claro sua posição sobre a queda de critérios para se habilitar. A consultora Ofélia Ferreira, contribuiu compartilhando uma reflexão sobre a formalidade de um princípio ético democrático. *“É importante que esse representante tenha acumulo de experiência para que seja legítimo sua participação”* defendendo por não ter critérios, pois o sistema deve preservar a participação de todos. Aléxia disse que apesar de concordar com o processo democrático, e com a fala da Juliana, se sentiria mais contemplada se os critérios fossem mantidos. Já Fernanda Machado acha que os critérios deveriam ser retirados, garantindo um estado mais democrático, pois não se sabe se os critérios definidos hoje servirão para o futuro. Fernanda dos Anjos entendeu que ainda não existia um consenso e sugeriu partir para votação. Admar Junior (NETP/BA) defendeu o interesse da Bahia em participar das candidaturas, e aproveitou para ressaltar alguns casos que o estado vem enfrentando. Graziela do Ó Rocha enxergou a necessidade de partir para a votação, uma vez que ainda não foi definido se haveria critérios para se candidatar.

A mesa fez a seguinte provocação - Que representação está sendo proposta - A da instituição ou do individuo? Após ponderações da Juliana, Ebenézer, Fernanda Machado,



Ailton, Jeanne, Silvana, Michelle, Annie e Fernanda dos Anjos, no tocante a defesa de se votar na pessoa ou no órgão, foi colocado em regime de votação, por contraste:

Proposta 1 – Votar na instituição

Proposta 2 – Votar no indivíduo

Venceu por contraste, que **a representação será por indivíduo.**

Sobre os critérios, foi colocado em regime de votação por contraste:

Proposta 1 – a necessidade de se ter critérios estabelecidos para o processo de apresentação de candidaturas

Proposta 2 – a não necessidade de se ter critérios estabelecidos e a livre proposição de candidaturas

Venceu por 10 a 8, que fica **estabelecido a composição de critérios para o processo de candidaturas.**

Para além dos critérios apresentados pela consultora, fica certo o número de:

NETP - 1 vaga para titular e 2 vagas para suplentes

PAAHM - 1 vaga para titular e 2 vagas para suplentes.

Quanto a forma de votação, a proposta é que cada núcleo e posto vote em um núcleo e um posto. Por contraste, foi definido sob regime de votação, que o **voto** será **aberto**.

Após Fernanda dos Anjos registrar que estavam abertas as inscrições, se fizeram candidatos:

NETP	PAAHM
Juliana Armede (SP)	Augusto Valentim (RJ)
Ebenézer Marques (RJ)	Michelle Custódio (AM)
Michelle Custódio (AM)	
Jeanne de Aguiar (PE)	
Fernanda Machado (MG)	

Foi aberta a palavra aos candidatos, que tiveram o tempo máximo de 2 minutos para sustentarem oralmente a defesa de suas candidaturas e declararem atender os critérios estabelecidos (ter participado de no mínimo duas reuniões técnicas e fazer parte do

comitê estadual).

NÚCLEOS:

- Juliana Armede (SP) declarou atender os critérios, e se comprometeu de fornecer a resolução que declara sua participação no Comitê Estadual de São Paulo. Quanto sua defesa, observou que a rede já conhece seu perfil e sua forma de se posicionar para colaborar com a política.

- Ebenézer Marques (RJ) declarou compor o Comitê Estadual do Rio de Janeiro, e registrou que sua participação nas reuniões já expõe seu perfil, com olhar para o coletivo, e se escolhido estará sempre atento as demandas da rede para levar ao CONATRAP.

- Michelle Custódio (AM) declarou preencher os requisitos, registrou ser coordenadora do Comitê Estadual do Amazonas, como resultado frente ao Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amazonas já implantou 07 postos no estado, acumulando experiências de trabalhos tanto em portos, como em rodovias. Se empenhará para representar tanto sua instituição, quanto a Rede de Núcleos e Postos.

- Jeanne de Aguiar (PE) declarou participar do Comitê Estadual de Pernambuco, registrou o interesse de trabalhar no CONATRAP, e se comprometeu de trazer todas as discussões para a Rede.

- Fernanda Machado (MG) registrou ser a coordenadora do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Minas Gerais, onde dentro do programa já foi implantado um núcleo e em breve será inaugurado um posto, e embora o Comitê Estadual de Minas Gerais ainda não esteja regularizado, pretende representar a rede no CONATRAP, e enfatizou que sua localização possibilitará ter uma fácil interlocução com os demais estados.

POSTOS:

- Augusto Valentim (RJ) registrou estar à frente do Posto Avançado de Atendimento Humanizado do Galeão desde sua inauguração, em 2010, e em virtude de todos já conhecerem a estrutura do posto, não se alongou no discurso.

- Michelle Custódio (AM) registrou a implementação da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas nos municípios, a fim de dar continuidade e estender a política estadual, e espera levar sua experiência para o CONATRAP. Por fim, enfatizou sua



articulação com os ministérios, em virtude de sua representação perante a Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Amazonas.

Fernanda dos Anjos mencionou que a votação seria por chamada nominal, e iniciou o processo de votação.

Eleição representante do NETP - 1º TURNO					
Manifestação votos NETP	Candidato(a)	Manifestação votos NETP	Candidato(a)	Manifestação votos PAAHM	Candidato(a)
AC	Juliana	MA	Juliana	AM	Michelle
AL	Juliana	MG	Fernanda	CE	Michelle
AM	Michelle	PA	Juliana	PA	Michelle
AP	Michelle	PE	Jeanne	RJ	Ebenézer
BA	Juliana	PR	Juliana	SP	Juliana
CE	Juliana	RJ	Ebenézer		
DF	Jeanne	RS	Fernanda		
GO	Juliana	SP	Juliana		

Na condição de Titular foi eleita Juliana Armede (NETP/SP) com 10 votos

Na condição de 1º Suplente foi eleita Michelle Custódio (NETP/AM) com 05 votos

Os candidatos Ebenézer, Fernanda e Jeanne receberam 02 votos, cada um.

A plenária solicitou que fosse desempatado o 2º suplente do Núcleo, onde em regime de votação por contraste foi decidido que não seria estabelecido critérios de desempate e sim realizada uma nova votação.

Eleição representante do NETP - DESEMPATE 2º SUPLENTE					
Manifestação votos NETP	Candidato(a)	Manifestação votos NETP	Candidato(a)	Manifestação votos PAAHM	Candidato(a)
AC	Fernanda	MA	Jeanne	AM	Jeanne
AL	Jeanne	MG	Fernanda	CE	Jeanne
AM	Jeanne	PA	Jeanne	PA	Jeanne
AP	Jeanne	PE	Jeanne	RJ	Ebenézer



BA	Jeanne	PR	Ebenézer	SP	Fernanda
CE	Jeanne	RJ	Ebenézer		
DF	Jeanne	RS	Fernanda		
GO	Jeanne	SP	Fernanda		

Após apuração de votos, registra-se que **a candidata Jeanne Aguiar (NETP/PE) recebeu 13 votos, assumindo a condição de 2º Suplente.** Fernanda Machado (NETP/MG) recebeu 05 votos e Ebenézer Marques de Oliveira (NETP/RJ) recebeu 03 votos.

Eleição representante do PAAHM - 1º TURNO					
Manifestação votos NETP	Candidato(a)	Manifestação votos NETP	Candidato(a)	Manifestação votos PAAHM	Candidato(a)
AC	Michelle	MA	Valentim	AM	Michelle
AL	Michelle	MG	Valentim	CE	Michelle
AM	Michelle	PA	Michelle	PA	Michelle
AP	Valentim	PE	Michelle	RJ	Valentim
BA	Valentim	PR	Valentim	SP	Valentim
CE	Michelle	RJ	Valentim		
DF	Michelle	RS	Valentim		
GO	Valentim	SP	Valentim		

Na condição de Titular foi eleito Augusto Valentim (PAAHM/Galeão) com 11 votos
A candidata Michelle Custódio (PAAHM/AM) recebeu 10 votos, ficando como Suplente.



ELEIÇÕES 2013
COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO
AO TRÁFICO DE PESSOAS
CONATRAP

REPRESENTAÇÃO

NETP	PAAHM
Juliana Armede (Titular)	Augusto Valentim (Titular)
Michelle Custódio (1ª Suplente)	Michelle Custódio (Suplente)
Jeanne de Aguiar (2ª Suplente)	

2.8. Sessão 04: Discussão de propostas para a revisão das Portarias do Ministério da Justiça sobre Núcleos e Postos

Ofélia Ferreira



Antes de passar a palavra para a consultora Ofélia Ferreira, Fernanda dos Anjos esclarece que o objetivo desse momento é a discussão sobre o aprimoramento das portarias nº 31, de 20 de agosto de 2009 e a de nº 41, de 06 de novembro de 2009, estabelecidas pelo Ministério da Justiça, e a construção de um ato normativo de caráter legal que trabalhe o tema

de Núcleos e Postos, destacando que existe uma meta específica no II PNETP sobre essa atividade.

1.A.6 - Ato normativo elaborado e publicado para redefinir competências dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, dos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante e Comitês de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
(II PNETP, Linha operativa 1, pg 21)

A consultora Ofélia Ferreira fez um resgate do processo de diagnósticos da Pesquisa do ICMPD e apresentou as principais questões para balizar um olhar crítico e subsidiar os trabalhos.

1. Não existe um padrão quanto ao **melhor locus institucional** de um Núcleo e/ou Posto de forma a determinar a efetividade na implementação de uma política local de tráfico de pessoas: tanto podem ser efetivos dentro do mesmo nível como em níveis diferentes de governo;
2. A **integração física de serviços** num mesmo ambiente não é garantida se não há um acordo sobre complementariedade de programas, fluxos, sistemas, equipes, recursos e operações;
3. As **ações de rotina** mais mencionadas não incluem processos articulatórios e de gestão macro das políticas de Estado que criem ou fortaleçam a transversalização do ETP: ainda há um foco prioritário numa conceituação de etp como sendo uma unidade operativa com fronteiras fortemente delimitadas em si mesma; decorre de visão estratégica particular tanto no que diz respeito à políticas públicas em

geral como no que diz respeito a como se enfrenta o tráfico de pessoas;

4. Para vencer espontaneísmo, excessiva autoração e individualidades são necessárias **estratégias intencionadas que garantam consistência e sustentação de longo prazo às formas e processos de trabalho** considerados exitosos, assegurando mecanismos de monitoramento de progressos e dificuldades, compartilhamento de aprendizagem, articulações institucionais e transparência: é a expressão de que ETP é efetivamente uma função de Estado em qualquer circunstância;
5. A existência formal de instrumentos de institucionalidade da política de ETP (política e plano locais, decretos, portarias, comitês) não garantem efetividade; é o uso estratégico, articulado e pró-ativo desses instrumentos que tornam mais vivo o enfrentamento ao tráfico de pessoas – requer visão estratégica intencionada para sedimentar diferentes expressões do enfrentamento nos sistemas, nos orçamentos, nas políticas, nas opiniões públicas, nos espaços coletivos de ação;
6. A visão do que é uma política de enfrentamento ao tráfico de pessoas em nível descentralizado revela uma compreensão das dimensões necessárias: atuação em rede, aumento da consciência social sobre o tema, necessidade de alto nível de resolutividade dos problemas, demanda por maior capacidade técnica; contudo há pouca expressão prática dessa visão numa atuação estrategizada por parte dos líderes que capitaneiam essa nova área política nos governos; o foco do esforço ainda é concentrado do nível de operatividade cotidiana;
7. Para construir uma visão coletiva que se alimenta da realidade, experiência e necessidades sentidas do nível descentralizado da política, urge amadurecer os temas dos sistemas de informação e de gestão de dados, em todo o seu ciclo: dos marcos conceituais sobre o que é informação para a gestão da política de ETP nos seus três eixos, até os arranjos políticos do manejo da matéria prima gerada através dos diferentes serviços existentes, passando pela harmonização de ferramentas, instrumentos, indicadores etc; nesse campo não há espaço para personalismos e individualizações que penalizem o coletivo; a construção de uma política nacional é maior que a experiência individualizada por si só; ainda que a particularidade seja relevante e necessária, ela não pode sobrepor o que



- necessita ser coletivizado e universalizado;
8. Os sistemas periféricos ao coração do enfrentamento ao tráfico de pessoas (saúde, educação, assistência, trabalho, segurança) são o contraponto necessário que pode relevar onde e como as dinâmicas do enfrentamento estão falhando e em que devem melhorar: situações de vítimas que desaparecem do olhar da Rede ou casos que não podem se revelar com uma expressão pública de TP; essas áreas sobem assim de anteparos do atendimento direto para dimensões necessárias de gestão estratégica de uma política que, se não é efetivamente transversalizada, pode empobrecer o ETP; isso define uma nova forma de relação entre esses atores – não mais pedir ou encaminhar, mas co-gestar estrategicamente a nova Política;
 9. A Política nacional pode se enriquecer mais se o conceito de rede de ETP for melhor caracterizado, descrito, disseminado e acordado entre atores que fazem ETP diretamente e indiretamente; este conceito de rede deve emergir sobre uma compreensão harmonizada do que é um *bom* enfrentamento ao tráfico de pessoas nos três eixos da Política, à luz do qual se sinalize o que seriam *bons* estândares de papéis, atuações, fluxos, procedimentos etc;
 10. Há espaços para parcerias sólidas; mas há grandes desafios: (i) não entender do que se trata o problema; (ii) não conseguir dimensionar o impacto que fazer ETP representa nas rotinas institucionais já existentes; (iii) incorporar uma nova ética – realmente inclusiva - na prática dos serviços públicos.



Fernanda dos Anjos (foto) ressaltou que a portaria construída em 2009 foi a expressão da vontade pública e não um instrumento mandatório de um secretário Nacional. *“O estabelecimento de diretrizes que alcancem esse parâmetro de qualidade e esse referencial, é o que devemos buscar e almejar nesse processo”* disse. Ressaltou também que esse processo de coleta de contribuições, que serão sistematizadas, não se esgotará nessa reunião, apenas começará. Em seguida os participantes foram divididos em quatro grupos, onde ficou estabelecido 30 minutos para registrarem por escrito as recomendações para o Ministério da Justiça. No retorno dos grupos para o auditório foi feita uma rodada de apresentação das idéias que surgiram.



Fernanda Machado (NETP/MG), foi a relatora do Grupo 1, onde registrou que a equipe chegou na conclusão que os postos trabalham mais com a questão da migração, tendo em vista a dimensão do fenômeno do tráfico interno. O grupo apontou pequenas alterações, sobretudo nos incisos XI e XII, do art. 2º da portaria nº 31, uma vez que o papel de julgar e definir não pertence a rede. O art.4º, inciso III, também deve ser alterado, uma vez que não cabe ao Núcleo, muito menos ao Posto, realizar o trabalho de localização de pessoas desaparecidas no exterior. Esse é um papel da Polícia. O grupo também propôs substituir a função dos postos (serviço de recepção de brasileiros admitidos ou deportados – art. 3º) para atendimento humanizado ao migrante. Em toda a normativa, incluir sempre o Distrito Federal, ao mencionar as esferas da Administração Pública.



Aléxia Meurer (NETP/RS), relatora do Grupo 2, informou que o grupo em primeiro momento focou-se mais na redação, onde foi sugerida a retirada da referência ao PRONASCI, e em todo momento que se fizer referência a município e estado deve-se incluir o Distrito Federal. No art. 2º, inciso XIV, deixaram como sugestão esse ponto para ser pontuado em um segundo momento, pois houve contradições de pensamentos entre os membros. Nos artigos 3º e 4º, deve-se ampliar o conceito e as ações para migração interna, não só brasileiros não admitidos e deportados



Augusto Valentim (PAAHM/Galeão), relator do Grupo 3, sugeriu que fosse inserido um artigo prevendo a criação de um documento de comunicação entre Núcleos e Postos (baseado no termo de cooperação construído). Em relação aos postos, a partir do art. 3º, sugeriram mudar a redação para: Os Postos Avançados têm por principal função prestar serviço de recepção a brasileiros e estrangeiros nos pontos de entrada. Supressão da alínea “a” do art. 4º, inciso III. Ebenézer complementou mencionando que não viram muitas necessidades de alteração na portaria, em virtude da portaria ser bastante abrangente. O questionamento maior é quanto a interpretação do art. 2º, inciso

XIV, que chamou atenção do grupo, pois a redação dá a entender que é uma questão de auxílio financeiro. Incluir o DF na redação.



Silvana de Souza (PAAHM/Guarulhos), relatora do Grupo 4, disse que os membros concordam em revisar a portaria, para melhorar a qualidade dos serviços, esclarecendo com clareza alguns papéis. Citaram o art. 1º, e propôs nova redação – Os Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas têm por principal função coordenar e articular as ações para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, no âmbito municipal, as quais serão implementados em parceria com instituições governamentais e não governamentais. Propuseram suprimir o art. 5º, por acharem que o art. 4º traz uma idéia mais clara sobre o assunto. O inciso XII do art. 2º também deve ser retirado, para evitar buscar um foco específico somente no tema de repressão.

A consultora Ofélia abriu espaço para que os participantes pudessem registrar as questões levantadas pelos grupos. Jeanne de Aguiar (NETP/PE) acredita que o papel dos Núcleos e Postos está cada vez mais difícil de compreender, separando as atividades que deveriam ser conjuntas entre as instituições. Fernanda Machado (NETP/MG) pediu maiores esclarecimentos sobre o art. 4º que o grupo 4 mencionou. Silvana esclareceu que os postos também pensam e articulam, com um papel ativo que vai além de responder formalidades e ser um balcão de informação. Admar Junior (NETP/BA) questionou se o posto não seria um auxílio do núcleo. Fernanda dos Anjos disse que o que se percebe é que o serviço dos postos hoje está além do que a portaria apresenta, considerando arranjos federativos distintos. O que fica claro é que há uma visão de futuro que pode ser muito mais ampla do que serviços prestados a deportados. Pela maioria das falas (do grupo) percebeu que existem dois debates - o que significa esses serviços e qual a capacidade do arranjo federativo municipal para cooperar fortemente com a política a partir da estrutura que se cria. O arranjo federativo municipal com os estaduais devem ser avançados minimamente por meio de debate, para amadurecer a visão do futuro. Ofélia, como facilitadora do processo, aconselha que os núcleos e postos discutam melhor suas atribuições para harmonizar a estratégia de ambos. Perguntou diretamente para o coletivo se valeria criar um grupo de trabalho (GT) para caracterizar essa discussão. Sendo acatada a idéia, o GT foi formado pela Silvana, Michelle e Augusto

Valentim.

2.9. Sessão 05: Compartilhamento de Informações e Pautas de Núcleos e Postos



Ademar Junior (NETP/BA): destacou as ações realizadas pelo Núcleo no final do ano de 2012 até abril de 2013:

1. Caso Monte Santo - A Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia tem colaborado ativamente no caso, em parceria com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA, disponibilizando apoio financeiro para deslocamento e despesas com hospedagem e alimentação dos advogados do CEDECA, responsáveis pelo trâmite judicial; em 19.11.2012 foi lançada a Cartilha de Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil, no intuito de combater e erradicar o trabalho que atinge esse segmento tão vulnerável em nosso país; realização da campanha DIGA NÃO AO TRÁFICO DE PESSOAS. DENUNCIE! em 15/12/2012, no Porto da Barra, na qual contamos com a participação do estudantes do Ensino Médio e professores do Colégio Estadual Professora Maria Anita, sendo distribuídos 1000 postais com informações sobre o tráfico de pessoas, além dos contatos do Núcleo e do Disque Denúncia. Sendo o evento esclarecedor e de suma importância para população; a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia acompanhou, disponibilizando o integral auxílio necessário, a realização de Audiência Pública, na Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, na Cidade do Salvador, referente à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados Federais (CPI destinada a investigar o Tráfico de Pessoas no Brasil, suas causas, conseqüências e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo); feito seminário, realizado no Ministério Público do Estado da Bahia, com o tema “Conquistas e Desafios no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, onde foram realizadas palestras diversas palestras conduzidas por especialistas e estudiosos do tema, que levaram o público a discutir sobre o conceito e modalidade do tráfico de pessoas; ação realizada no Terminal Marítimo de Salvador e na Feira de São Joaquim, onde a equipe do NETP distribuiu cartilhas, adesivos e colação do cartaz da Campanha de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e do Disque Denúncia, na véspera do feriado da Semana Santa; implantação do Posto Avançado no Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães. A implantação esta na fase final de negociação com a Infraero, sendo definida

uma área para instalação do posto no local; capacitação da equipe multidisciplinar do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante e dos membros do Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; oficina com o intuito de promover a integração e a consolidação da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas; interiorização das ações da SJCDH – realização de quatro seminários no interior do estado; realização da campanha de sensibilização e prevenção junto aos agentes de viagens, profissionais que trabalham no atendimento direto a passageiros e servidores públicos que atuam em áreas afins com a temática, para identificação de casos; veiculação de campanha publicitária de enfrentamento ao tráfico de pessoas mediante confecção de outdoor, a serem alocados nas principais vias da cidade de Salvador e interior do estado da Bahia; contratação de equipe multidisciplinar para atendimento no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e no Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante; campanhas informativas em locais estratégicos (pontos turísticos, locais de grande movimentação e embarque e desembarque de passageiros); Seminário Estadual sobre o Tráfico de Pessoas; contratação de instituição para levantamento de dados sobre o tráfico de pessoas na Bahia; confecção de faixa de enfrentamento ao tráfico de pessoas e de cartilha sobre a temática, em dois idiomas, para utilização durante a Copa das Confederações; e confecção de camisas, visando a publicização do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.



Valdir Monteiro (CEETP /GO) mencionou que o Plano Estadual está em fase de conclusão; previsão de criação de 2 novos postos (um na rodoviária e outro no aeroporto); previsto até junho 10 capacitações; vem desenvolvendo trabalhos junto as secretarias de educação para levar a discussão do tema aos jovens; realização de palestras em faculdades, distribuindo cartilhas sobre o tema (presença 600 alunos); registrou 2 casos ainda não finalizados, o da Índia que apesar de ter sido resgatada, ainda não foram indiciados os autores, e recentemente foi feito um trabalho resgatando 25 mulheres que vieram do Maranhão, que estavam sob condições análogas a de escravidão.



Pedro Gabriel (NETP/MA) registrou que até a última reunião o NETP era representado pela Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, e a partir dessa reunião os trabalhos serão realizados pela Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Maranhão;



registrou os problemas com o convênio quanto a articulação, já que o valor e a estrutura são de secretarias distintas. Por fim, disse que ainda não chegaram a registrar nenhum caso de vítima, e espera contar com o apoio da rede, já que essa é sua primeira reunião.



Thaísa Costa (NETP/AL) registrou a mudança da sede, e enfatizou que algumas ações estão prejudicadas com tal mudança em virtude das adesões, atas, licitações, etc; foi finalizada a instalação do comitê, frisou que a mostra do cinema promovida pela secretaria com a exibição de filmes sobre a temática vem dando certo; previsão de um seminário estadual para agosto; e ressaltou a participação do núcleo em um grupo de trabalho LGBT.



Fernanda Machado (NETP/MG) mencionou que o Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Minas Gerais foi lançado em dezembro de 2012; em andamento a pesquisa diagnóstica para entender o fenômeno do tráfico de pessoas no estado; registrou o seminário que estava sendo realizado em Minas Gerais (18 e 19 de abril); aproximação com o Ministério do Trabalho e Emprego, dando uma maior assistência a problemática do trabalho escravo, por meio da construção de um guia com fluxos para os auditores fiscais do trabalho; inclusão na ACADEPOL do tema na grade de formação de policiais civis; capacitação de mais de 1.000 conselheiros tutelares sobre o tráfico e o programa via videoconferência; contratação de dois novos técnicos; mapeamento e aproximação com a sociedade civil e de instituições de referência no atendimento de grupos vulneráveis; capacitação com os operadores de direito – Sistema de Justiça (juizes, defensores públicos, promotores...); seminário estadual previsto para setembro (nada ainda estruturado).



Marta Helena (NETP/DF) registrou a ação realizada na quinta-feira santa no aeroporto de Brasília, de uma campanha de prevenção, e a ação será estendida para a rodoviária interestadual; em andamento a construção da cartilha (gráfica); vem promovendo juntamente com a Annie Vieira, palestras para adultos e estudantes, sem limitação de horário ou dia da semana; capacitação nas unidades dos CREAS e Conselhos Tutelares;

parceria com a Secretaria de Turismo para trabalhar com o público hoteleiro; no próximo semestre espera lançar o plano distrital de enfrentamento ao tráfico de pessoas; vem procurando esclarecer nas capacitações que a política existe antes mesmo da novela e que as ações do governo não irão acabar quando a novela sair do ar; e se colocou à disposição para troca de informações.



Leila Silva (NETP/PA) citou a parceria com o NETP/RS e NETP/PR no tocante ao recâmbio das mulheres resgatadas em Altamira para suas cidades natais; dificuldade de envolver o estado de SC na política, já que nesse estado não há nenhum núcleo ou posto de referência; oficina para discussão da política para a rede estadual; articulação com as secretarias de Assistência Social, Segurança Pública, Trabalho e Emprego para firmar termos de cooperação técnica, garantindo atendimento às vítimas; produzindo a campanha de enfrentamento ao tráfico de pessoas (chamada prevista para maio).



Silvana de Souza (PAAHM/SP) compartilhou que o posto está em processo de reestruturação (nova concessionária no Aeroporto Internacional – da Infraero para o GRU Airport / nova gestão na Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social da Prefeitura de Guarulhos – a nova gestora é a Sra. Genilda Sueli Bernardes / o PAAHM está na estrutura da SDAS estando sob responsabilidade do CREAS); o GRU AIRPORT, irá reformar o Aeroporto de Guarulhos e o posto será deslocado para outro espaço – maior e mais visível – no térreo ou no primeiro andar – hoje é ocupado o mezanino, bem escondido e com um espaço minúsculo, o que impõe uma série de dificuldades, uma delas é a falta de privacidade para o atendimento; a reforma, segundo a Concessionária, terá início até o mês de julho e a concretização está prevista para no mais tardar o início do ano que vem; além da mudança de local, foi estabelecida uma parceria com o GRU AIRPORT para instalar um CREAS no Aeroporto, pois há um universo de questões no Aeroporto e tornou-se fundamental essa presença, inclusive, física, da SDAS/CREAS no local (as potencialidades dessa proposta são as melhores, em termos de articulação, de eficiência dos fluxos e de trabalho em rede interna e externa); no caso da nova gestão da SDAS, a Política de Enfrentamento ao Tráfico e, por sua vez, os Programas, Projetos e Ações que lhe são ou serão peculiares estão no Gabinete da

Secretária, o que confere uma outra legitimidade e credibilidade perante os trabalhadores do Posto e outros atores relacionados; as principais prioridades são: equacionamento e ajustamento dos convênios que foram estabelecidos – frisou que o convênio com a SNJ/MJ terminou e já há proposta de renovação, mas querem dar conta do anterior para se posicionar em relação ao novo; foi desvinculado o termo de cessão de uso da área do convênio com a SNJ/MJ, pois entende-se que são relações diferentes; reestruturação do RH e da equipe do Posto; rediscussão dos fluxos; conhecimento aprofundado das diversas redes nas quais não só a Secretaria se insere, mas, em especial, nas quais o Posto propicia inserção, com vistas à sua consolidação e ampliação; redefinição e rediscussão de papéis, de espaços, de atribuições tanto internamente ao município, quanto com os demais atores – externamente ao município; (re)estabelecimento de diálogos; cumprimento/confecção de tudo que não foi feito e nesse caso, a importância recai sobre duas coisas: a Política Municipal e o Comitê Municipal, além de outros marcos legais e regulatórios; estabelecimento de planos de ação em termos de capacitação no tema; também no Aeroporto foi implementamos o Serviço de Abordagem Social que está, neste momento, voltado para a abordagem de crianças e adolescentes que vagam, mendigam e “trabalham” no Aeroporto, com a finalidade de conhecer a realidade dessas crianças e de suas famílias e a partir disso estabelecer o vínculo com os serviços de proteção e de inserção social. A presença destes três serviços já está garantindo e garantirá no futuro uma resolutividade maior e mais eficaz.



Stella Maris Machado (NETP/PR) informou que antes do carnaval foram distribuídos 2.500 folders passaporte para a Polícia Rodoviária e Infraero; será realizada a 1ª Conferência Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, nos dias 24 e 25 de junho; encontra-se na fase final a confecção de um folder informativo; e que todas as licitações previstas no âmbito do convênio já foram concluídas.



Girlania Calderon (NETP/AC) mencionou os problemas enfrentados no estado devido a quantidade de refugiados haitianos; informou que a Secretaria de Direitos Humanos ainda não oficializou formalmente sua atuação na pasta do ETP; disse que

vem pegando “carona” com os Conselhos Tutelares para na medida do possível agir no enfrentamento por meio de capacitações.



Augusto Valentim (PAAHM/Galeão) registrou que as ações de prevenção com distribuição de panfletos estão prejudicadas em função das obras de reforma do aeroporto internacional, com isso houve uma mudança de local do posto; a temática já foi inserida no curso de formação da Guarda Municipal; estão aguardando a definição do formulário harmonizado para dar prosseguimento ao desenvolvimento do banco de dados do posto; está sendo trabalhada a idéia de inserção da temática no trabalho da Ronda Escolar; o trabalho de construção da Política Estadual está sendo realizado em parceria com o NETP/RJ e o Comitê Estadual; o número de atendimentos caiu e ainda não identificaram a motivação; enfatizou a criação da Coordenadoria de Direitos Humanos dentro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, que a princípio demonstrou interesse em estreitar relações com o posto, propondo inclusive um seminário que será realizado em maio.



Aléxia Meurer (NETP/RS) registrou o primeiro recâmbio realizado com o NETP/PA, e articulou também com a Secretaria de Políticas para as Mulheres local para acolher as mulheres; está sendo organizado um Seminário Internacional dia 13 e 14 de agosto em Uruguiana (divisa Brasil/Argentina); foram realizadas algumas ações de divulgação do NETP no pré-carnaval de Uruguiana, distribuindo abanadores coloridos com várias informações sobre o tema; decreto Núcleo construído, e a idéia é lançar no seminário; foi escrito um capítulo sobre tráfico de pessoas para um livro da Polícia Civil; avanços nos grupos de trabalho da rede, com +- 15 instituições; construção de um fluxo; foi realizada a 1ª Reunião do Comitê estadual.



Juliana Armede (NETP/SP) informou ter sido criado mais três novos comitês regionais, onde foi feita uma revisão da estrutura para incluir a sociedade civil e poder público local como membros; vem trabalhando com parcerias (COETRAE e CNIG); tomaram uma iniciativa na Secretaria de Justiça sobre os fatores que envolvem a

vítima e a mídia, através de uma Assessoria de Imprensa, citou o caso da exibição de imagens, que não devem ser expostas; informou sobre o vídeo institucional [Espaço Cidadania - Mercado de Seres Humanos](#) disponível no youtube e na página da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania; sobre a questão dos postos, informou que o NETP/SP vem dialogando com o Posto de Guarulhos, bem como com o Posto Tietê; falou da pesquisa promovida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, capitaneada pelo UFMG; falou dos convênios/termos de parceria com a Secretaria de Educação (inclusão tema no ensino), Polícia Rodoviária (mapeamento e capacitação equipe), e com foco na Academia de Polícia voltada para qualificação dos agentes de polícia; produzindo materiais gráficos por meio do convênio com o MJ; contato com a ANTRA para participar do Comitê Estadual; articulando com a OIM com a proposta de realizar uma pesquisa com objeto de levantar os equipamentos sobre migração; sobre o Projeto de acolhimento informou que encontra-se em andamento.

Propostas de encaminhamento:

- o NETP/SP recebeu convite do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para participar de um evento, e indicou as instituições locais, o PAAHM/Galeão e o NETP/RJ, por achar essencial a participação deles no evento. Fez um apelo para que o Valentim e o Ebenézer busquem dar continuidade ao contato já repassado;
- que a Rede possa trocar informações de repasse dos andamentos de casos nos estados
- formalizar as secretarias com antecedência sobre os eventos que já estão com datas agendadas, com intuito de facilitar a participação dos membros da rede.



Katiúscia Amaral (NETP/AP) o núcleo ainda não foi inaugurado, porém sua minuta de criação já foi encaminhada ao Palácio; ainda não tem uma equipe formada; estará a frente da instituição até sair a nomeação de uma nova coordenação; participou da VIII Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça na Guiana Francesa, acompanhando o secretário de Justiça e Segurança Pública, onde foi tratado o tema de tráfico de pessoas, encontra-se em articulação com a Polícia

Francesa um curso um curso para troca de experiência por intermédio do Núcleo.

Ebenézer Marques de Oliveira (NETP/RJ)

registrou a criação do comitê; planejam criar uma coordenação única sobre a política do trabalho escravo e tráfico de pessoas; mencionou o Projeto Ação Integrada e o Projeto Gift Box Brasil, este último visa estimular o debate sobre o Tráfico de Pessoas/Trabalho Escravo no cotidiano da



sociedade, através da sensibilização e da conscientização do público em geral, com o fim de aumentar a prevenção e o conhecimento sobre o problema, e assim implementar ações capazes de combater esse crime. A ideia é que com este Projeto o Brasil passe a ser parte deste movimento global de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas/Trabalho Escravo. A iniciativa consiste em uma Campanha de rua que utiliza grandes 'caixas de presentes' que são colocadas em lugares públicos; cada uma delas é uma peça de arte que simboliza como os traficantes enganam as suas vítimas com falsas promessas, simulando o processo de aliciamento. A parte externa da caixa mostra uma embalagem de presente que oferece uma nova forma de vida com frases como: "veja o mundo e ganhe bom dinheiro", o que ajuda a instigar a curiosidade do público. Uma vez dentro da caixa as pessoas descobrem que na realidade não se trata de uma proposta de trabalho senão que, em cada lado da caixa, encontrarão o relato de alguma pessoa que foi traficada e colocada em situação de exploração: sexual, laboral, servidão doméstica, além de outras modalidades como adoção ilegal de crianças, tráfico de órgãos, etc. Para alcançar seu objetivo, dois eventos pilotos serão realizados no Brasil este ano (2013), aproximadamente 150 voluntários serão recrutados e capacitados pelos integrantes dos organismos envolvidos: NETP-RJ (SEASDH), OIT e pela equipe de organização - especialmente criada para preparar a Campanha -, e demais parceiros. Esses voluntários virarão porta-vozes na prevenção e replicadores para que centenas de pessoas se juntem ao Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo. A Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro, junto com a organização Stop the Traffik e a OIT estabeleceram parceria para preparar e organizar a primeira fase do Projeto GIFT Box Brasil: 1) no evento da Copa das Confederações, em junho de 2013 e 2) na Jornada Mundial da Juventude (JMJ), em julho de 2013, ambos na cidade do Rio de Janeiro.



Michelle Custódio (NETP/AM) registrou: capacitação no enfrentamento ao tráfico de pessoas em agosto; campanha estadual de enfrentamento ao tráfico de pessoas (setembro a dezembro) em todos os municípios que tem posto instalado; reuniões mensais do Comitê com avaliação em todas as pastas governamentais; elaboração de material gráfico (informativo + inclusão da temática em todos os materiais de Direitos Humanos); campanha do Posto de Parintins durante o festival folclórico de Parintins, além da capacitação dos atores que atuarão na prevenção, repressão e atenção às vítimas (junho); inauguração do Posto de Tabatinga (julho); estudo de implantação de novo posto na área de fronteira com a Colômbia e na área metropolitana da capital; inauguração do Posto Terminal I previsto para dezembro; renovação das cooperações técnicas com os municípios, garantindo a execução e desenvolvimento da política nos próximos 4 anos; inclusão da temática no GGI/SSP, que está produzindo material institucional, onde foram solicitados conteúdo de tráfico de pessoas, para todos os postos publicarem; articulação com os gestores que compõem o Comitê para apresentação de propostas dos editais ministeriais abertos; orientação de TCC; elaboração da política e do plano estadual; registrou que o Núcleo fez parte do Fórum de Combate ao Trabalho Escravo e Degradante, em conjunto com o MPTe; a Polícia Civil está revisitando seus B.O. para fazer levantamento estatístico dos casos de tráfico de pessoas e correlatos.



Livia Maria Xerez (NETP/CE) quanto ao Núcleo, houve: participação no Comando de Saúde da PRF (articulação com sindicatos) desenvolvendo trabalho direto com os motoristas; seminário de Direitos Humanos da Associação dos Defensores Públicos do Estado; publicização das minutas/consulta virtual da política e plano estadual; plenárias nas macro-regiões do Ceará para divulgar o fenômeno e referendar os textos; entrevistas e artigos para jornais locais; atendimento estudantes de todos os níveis de ensino; ainda em abril será realizada uma capacitação para os profissionais do Centro de Referência da Mulher/Casa Abrigo/Ligue 180, da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres de Fortaleza; reuniões periódicas do Comitê Estadual; ações nas escolas, barracas de praia e hotéis. Enquanto posto: mudança de horário de funcionamento (9h -

21h) com atendimento em dupla (dois profissionais por turno); estratégia de divulgação no aeroporto - visitas institucionais a todos os espaços/ conversas/ reuniões/ distribuição de material; acolhimento do migrante na área restrita do aeroporto; possível instalação de um posto na Rodoviária e outro no Estádio Castelão.



Jeanne de Aguiar (NETP/PE) informou que no mês de janeiro foram realizadas atividades internas e o planejamento das ações do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; participação nas seguintes campanhas: Campanha no Carnaval de sensibilização da população em geral, na inauguração do Observatório da Discriminação, em Olinda/PE, em parceria com o Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Etnicorracial, no dia 07 de fevereiro e Campanha do Dia 08 de Março - Dia Internacional da Mulher, com palestra realizada nas escolas para as formandas do curso de Magistério e para alunos do 2º Grau Normal; palestras de sensibilização na Ação do Programa Governo Presente /Pacto pela Vida/Resgatando Cidadania, nas Escolas e locais públicos, atingindo 473 alunos e distribuindo 1.500 panfletos nas Comunidades, foram ainda entregues a direção das escolas, exemplares do livro “Tráfico de Pessoas para fins de exploração sexual”, além da distribuição de panfletos informativos sobre o tema; entrevista no Programa da Rádio Jornal, Santo Amaro/Recife, no dia 05/02/2013; seminário no Ministério Público de Pernambuco: “Sistema Interamericano de Direitos Humanos: OEA uma via recorrente para garantia da defesa dos Direitos Humanos”; Ciranda Filosófica na Livraria Cultura, com o tema: Tráfico de Pessoas, no dia 27/03/2013; participação na CPI da Câmara dos Deputados/DF, realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, no dia 04/04/2013; palestra na Universidade de Pernambuco-UPE, para os alunos do Curso Superior de Enfermagem; participação da reunião do Conselho da Criança e do Adolescente – CEDECA, no dia 15/04/2013; o NETP tem participado ativamente como coordenador e membro do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas das reuniões mensais; o Núcleo realizou vários atendimentos, sendo que a maioria foram de orientações sobre a temática, não configurando o tráfico de pessoas; participação em uma matéria da Revista Argumento, publicada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Edição nº 3, Dezembro 2012 – Janeiro e fevereiro 2013, sobre a temática do tráfico de pessoas; participação no curso de Capacitação para os Policiais, coordenando uma das turmas; articulação com os municípios para recepção do

Núcleo Itinerante; recebemos 10 mil folderes informativos (nas línguas Inglês e Espanhol) para divulgação da temática; participação na capacitação promovida pela Childhood e o Batalhão de Polícia Rodoviária do Estado/PE, com o tema A proteção das vítimas e repressão do crime nas ações de enfrentamento à exploração sexual de criança e adolescentes nas rodovias de Pernambuco; foi realizado pelo Batalhão de Polícia Rodoviária do estado de Pernambuco o mapeamento das rodovias estaduais com relação aos pontos vulneráveis à exploração sexual infantil.

Proposta de encaminhamento:

- A Empresa Eurobus Onibus de Caxias do Sul/RS, solicita um espaço na agenda da próxima Reunião dos Núcleos e Postos Avançados, para apresentar o produto “Núcleo Itinerante, para os parceiros da Rede”.

Fernanda dos Anjos registrou a pluralidade das informações e a riqueza desse momento com o compartilhamento das ações. Thaísa fez um apelo quanto ao uso do *Google Groups*, evitando envio de mensagens apenas para acusar recebimento do e-mail, e o Valdir ponderou os casos de travestis que sua instituição está acompanhando.

Ficaram prejudicados, em virtude do tempo, a discussão dos temas:

- Definição da semana de mobilização e atividades a serem realizadas;
- Debate sobre acompanhamento legislativo.

2.10. Sessão 06: Apresentação do CONATRAP



Graziela do Ó Rocha

A consultora do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Graziela do Ó Rocha, realizou uma breve apresentação sobre o processo de construção metodológica do CONATRAP, esclarecendo, entre outros aspectos, os critérios que serão adotados na escolha das outras categorias, como representantes de Comitês Estaduais e Organizações da Sociedade Civil organizada⁴. Passou algumas premissas:

√ O CONATRAP está surgindo agora, portanto, seu espaço político está por ser conquistado.

⁴ PPT em anexo (CD)

√ O CONATRAP não nasce para disputar, mas para compartilhar informações e construir consensos, de forma proativa e articulada.

√ Será preciso capacitar, sensibilizar e seduzir seus conselheiros para que “vistam a camisa” desse novo tema, sintam-se parte e dispostos a lutar pelos interesses do CONATRAP, para além da luta diária, travada em suas instituições de origem.

√ Será preciso criar canais de diálogos com Conselhos e instituições que não fazem parte do CONATRAP, mas que são importantes para o desenvolvimento da Política, tais como: Ministério Público Federal, Defensorias Públicas, Consulados, CONARE etc..



Metodologia para convocação dos membros do CONATRAP

- Formação de Comissão eleitoral; Publicação de Edital e Eleição em Plataforma da Internet.

ONGS

l. Estejam formalmente constituídas no Brasil e registradas a, no mínimo, há 3 (três) anos contados retroativamente da data de publicação deste Edital; Possuam atuação específica no enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil, por no mínimo três anos, preferencialmente na prevenção e/ou assistência às vítimas, comprovadas por meio de estudos e pesquisas, relatórios de atendimento às vítimas, publicações, premiações, ações com repercussão local, participação em instâncias de âmbito nacional ou internaciona

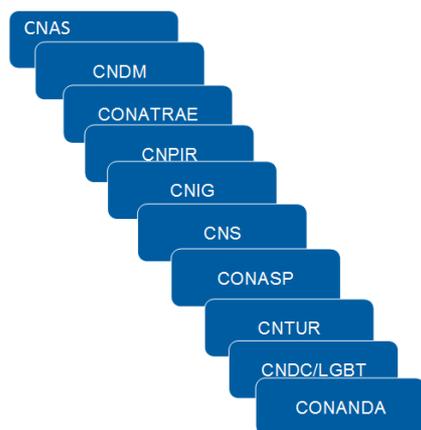
Instituições de pesquisa com especialistas no tema que:

I – constem do diretório de instituições ou de grupos de pesquisa do CNPQ e/ou possuam linha de pesquisa sobre trafico de pessoas/trafco humano há, no mínimo, três anos contatos retroativamente da publicação deste Edital; ou



II – possuam publicações científicas próprias periódicas sobre o tema do Tráfico de Pessoas há, no mínimo, três anos contatos retroativamente da publicação deste Edital;

Em reunião da coordenação tripartite, realizada em 21 de março de 2013 entendeu-se que o critério mais acertado de escolha dos representantes será o de indicação da titularidade da sociedade civil das entidades que já possuem representantes ministeriais com acento no CONATRAP.



§ 5 A designação dos representantes **titulares** referidos nos incisos II, III, e IV do § 1 e seus **suplentes** deverá atender a proporção de cinquenta por cento de representantes governamentais e cinquenta por cento de representantes da sociedade civil, observada a paridade da composição do CONATRAP, **na forma de seu regimento interno.**

Inciso II- Referente aos conselhos- 10

Inciso III- Núcleos e Postos- 01 (Necessariamente Governo)

Inciso IV- Comitês -01

2.11. Sessão 07: O II PNETP e a atuação dos Núcleos e Postos.

Fernanda dos Anjos fez uma fala registrando o processo de construção do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas⁵, e apresentou a estrutura das metas, identificando as que têm a participação da Rede de Núcleos e Postos.

Linha operativa 2

As metas das Atividades **2.E** e **2.F** focam na repressão do tráfico de pessoas

Atividade 2.E – Fortalecer a articulação e ampliar as capacidades dos órgãos competentes para implementar ações de repressão do tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores.

Atividade 2.F – Combater redes, pessoas e organizações que atuam ou se beneficiam financeiramente do tráfico de pessoas, nacional e internacionalmente, por meio de operações táticas integradas de prevenção, repressão e responsabilização, em uma estratégia de criação de exemplaridade.

As metas da Atividade **2.G** busca ampliar os serviços para os grupos vulneráveis

Atividade 2.G – Ampliar o acesso a direitos por parte de vítimas e grupos vulneráveis ao tráfico de pessoas e a oferta de serviços e iniciativas públicas, prioritariamente em municípios e comunidades identificadas como focos de aliciamento de vítimas de tráfico de pessoas, com vistas a diminuir tal vulnerabilidade e seus impactos.

⁵ Cartilha em anexo (CD)

As metas da Atividade **2.H** promove a garantia de direitos para estrangeiros vítimas de tráfico no Brasil

Atividade 2.H - Promover a garantia de direitos de cidadãos estrangeiros vítimas do tráfico de pessoas no Brasil.

Linha operativa 3 – apresenta uma meta direta para os núcleos, postos e comitês

3.A.7 - *Formação continuada dos recursos humanos dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante e Comitês voltados aos temas relacionados ao tráfico de pessoas, tais como globalização, racismo, gênero, homofobia, migração e direitos humanos, realizada.*

Linha operativa 4 – apresenta metas que certamente durarão até 2016 devido suas características

Linha operativa 5 – referente a campanhas e mobilização. Uma das campanhas promovidas será o Coração Azul.

2.12. Sessão 08: Instrumento de Cooperação para a comunicação entre Núcleos e Postos.



O momento foi conduzido por Ebenézer Marques de Oliveira (NETP/RJ), integrante do grupo de trabalho, informou que o protocolo de comunicação foi pensado como pauta de discussão na V Reunião Técnica, realizada em São Paulo-SP, onde foi criado um grupo de trabalho (GT)⁶ para melhorar os fluxos de comunicação. Na VI Reunião Técnica, em

Brasília-DF, foi apresentado um documento formal que se converteu no Termo de Cooperação⁷, que deverá ser validado hoje pela Rede de Núcleos e Postos. Justificou que o documento não seria lido, uma vez que já havia sido distribuído na última reunião, e todos tiveram tempo hábil para realizar a leitura individualmente.

Após explicações, o **instrumento foi validado sem alteração.**

O jurídico de cada Núcleo e Posto deve emitir parecer sobre o termo.

⁶ Representado por SP, RS, RJ e MG

⁷ Apresentado na íntegra no anexo (CD)

Informes finais



Fernanda dos Anjos registrou que a discussão da PL será via *google groups*, conforme acordado pela Rede, e informou que a idéia da próxima reunião é atrelar a capacitação, prevista para ocorrer de 16 a 20 de setembro de 2013. Em decorrência do novo corte orçamentário, a Secretaria Nacional de Justiça sugeriu que fossem realizados apenas 02 encontros anuais, a fim de garantir alguns momentos de ida aos estados, por parte da equipe do Ministério da Justiça. Fernanda solicitou que todos preenchessem a Ficha de Avaliação, e sugeriu que fosse criado um grupo para discutir a proposta de fluxograma. Os voluntários foram: Fernanda Machado (NETP/MG), Valdir Monteiro (CEETP/GO), Silvana de Souza (PAAHM/SP) e Annie Vieira (NETP/DF). Ressaltou a importância de implementar de imediato o formulário de atendimento, uma vez que foi validado. E por fim, informa a Rede o término de mais uma consultoria, a de mobilização e disseminação de informações que esclareçam à sociedade sobre o tráfico de pessoas e sobre ações governamentais para o seu enfrentamento, conduzida por Sady Fauth.

Rodada de Avaliação Final

Fernanda Machado (NETP/MG) agradeceu a acolhida do Augusto Valentim, e registrou a contribuição da equipe do Posto do Galeão para esta reunião. Fez um apelo para a Rede procurar discutir mais as diretrizes mínimas. Reiterou que as pessoas participem mais da reunião e das discussões no *google groups*, e espera que os representantes da Rede no CONATRAP (Juliana Armede e Augusto Valentim) tragam bastante discussão para o grupo. **Michelle Custódio (NETP/AM)** agradeceu a disponibilidade de todos por terem participado da reunião. Destacou a posição da Lucicleia Souza como substituta, e colocou a disposição o estado do Amazonas para sediar a próxima reunião técnica. **Milton (PAAHM/Galeão)** espera que todos tenham sido bem recepcionados pela Guarda Municipal e ressaltou o momento precioso de ter participado da reunião. **Jeanne de Aguiar (NETP/PE)** registrou que os trabalhos realizados pela Rede, mesmo com suas especificidades, vem sendo desenvolvido com riqueza. Destacou o acolhimento da Guarda Municipal e a parceria da Secretaria Nacional de Justiça. Se colocou a disposição

de todos e parabenizou toda a equipe da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. **Aléxia Meurer (NETP/RS)** agradeceu ao Posto do Galeão pela acolhida, a Secretaria nacional de Justiça por mais esse encontro e se colocou a disposição para sediar também uma reunião técnica. Destacou que a VII Reunião Técnica foi uma das mais bem preparadas, no tocante a pauta. **Juliana Armede (NETP/SP)** reiterou a necessidade das pessoas registrarem as dificuldades que vem enfrentando na condução de suas atividades nos estados, permitindo que a Rede ajude na condição de parceira. **Ebenézer Marques de Oliveira (NETP/RJ)** destacou a importância dessa ajuda, lamentou o fato da reunião ter somente 2 encontros anuais, mas espera que o grupo mantenha as discussões por outro meio. **Cássia Reis (NETP/MG)** agradeceu a possibilidade de já chegar no NETP e poder participar dessa capacitação, destacando o acolhimento dos colegas. **Tháisa Costa (NETP/AL)** compartilhou uma de suas anotações na ficha, quanto a discussão técnica de alguns assuntos, e após o Amazonas, deixa disponível o estado de Alagoas para sediar reuniões. **Admar Junior (NETP/BA)** agradeceu pelo acolhimento e cordialidade da “família”. Destacou que em maio será realizado o Seminário Estadual e conta com a presença de todos na Bahia. **Graziela do Ó Rocha (UNODC/MJ)** agradeceu a Fernanda e a Lucicleia pela oportunidade de desenvolver seu trabalho junto ao CONATRAP, que sem dúvidas será um grande aprendizado, e ressaltou que a Rede perderá um “rim” com o término do contrato do Sady. **Marta Helena (NETP/DF)** agradeceu ao Rio de Janeiro pela cordialidade, a prestação dos serviços do Sady, e parabenizou os trabalhos que a Leila (NETP/PA) vem desenvolvendo em seu estado, com apenas dois meses de atuação. **Lucicleia Souza (CETP/MJ)** registrou agradecimento à toda equipe da Secretaria Nacional de Justiça em nome da Fernanda dos Anjos, que trabalharam até o último minuto para que essa reunião fosse realizada. *“Essa já é a terceira reunião que acompanho, e vejo que a articulação e evolução vem sendo consolidada”* destaca. Registrou a saída da Vivian Sleiman, e mesmo com a equipe enxuta, deixa a Coordenação à disposição para contribuir com a Rede. **Fernanda dos Anjos (DEJUS/MJ)** agradeceu pelos trabalhos dos consultores, que trazem resultados positivos para a Rede, a Sandra Lopes que deu um forte apoio e a equipe técnica da Guarda Municipal. Agradeceu também aos integrantes do Posto do Galeão, que se fizeram presentes durante os três dias, e lembrou que a tarde seria realizada visita ao NETP/RJ⁸.

⁸ Devido reformas no Aeroporto do Galeão, a visita ao PAAHM foi suspensa



2.13. Sessão 09: Visita técnica ao NETP/RJ

Ebenézer Marques de Oliveira (NETP/RJ) apresentou a estrutura da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, com sede na Central do Brasil. Depois recebeu os participantes da Rede no Centro de Formação Adauto Belarmino, proporcionando um bate-papo entre a Rede de Núcleos e Postos e representantes do Comitê Estadual do Rio de Janeiro. A Subsecretaria de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, Andréa Sepúlveda Brito Carotti, fez uma breve fala de saudação ao grupo, e por último foi apresentado o desenvolvedor da identidade visual da Rede, Marcelo.



2.14. Encaminhamentos da VII Reunião Técnica

a) Quanto ao Fluxograma de Trabalho:

- Juliana Arme de se comprometeu de enviar contribuições - Sistema de Justiça
- Verônica dos Anjos produzirá nova versão e compartilhará com a Rede
- Novas contribuições serão recebidas até 30 de abril
- Consulta à SDH sobre o termo “processo de transformação do corpo”

b) Quanto ao Formulário de Atendimento:

- Verônica dos Anjos produzirá nova versão e compartilhará com a Rede

- Todos devem provocar discussões conceituais nos seus comitês
- c) Os Informes passarão a ser apresentados por escrito (ppt)
- d) Atualização das informações da Rede de Núcleos e Postos no portal do MJ
- e) Atualização dos e-mails no Google Groups e Dropbox
- f) Dialogar com a Rede para harmonizar a agenda da VIII Reunião com a Capacitação
- g) Padronizar o Termo de Cooperação, com timbre e cabeçalho oficial, e disponibilizar para a Rede
- h) Criação do grupo para discutir a proposta de fluxograma (GT composto por Fernanda Machado/MG, Valdir Monteiro/GO, Silvana de Souza/SP e Annie Vieira/DF).
- i). Sugestões de pauta para a próxima reunião:
 - Conceito de Tráfico de Pessoas, em especial adoção ilegal;
 - Definição da semana de mobilização e atividades a serem realizadas;
 - Debate sobre acompanhamento legislativo;
 - Continuidade na discussão de propostas para a revisão das portarias do Ministério da Justiça sobre Núcleos e Postos, traduzindo a expressão das reais atividades realizadas (GT composto por Augusto Valentim/RJ, Silvana de Souza/SP e Michelle Custódio/AM)
 - Apresentação do produto “Núcleo Itinerante” para os parceiros da Rede
 - Devolutiva sobre a avaliação do Jurídico (parecer) sobre o Termo de Cooperação



3. Percepção Avaliativa dos Participantes

Foram entregues 32 Fichas de Avaliação para todos os representantes da rede de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. As fichas apresentavam 3 tópicos de avaliação sendo que para os dois primeiros o participante deveria avaliar o evento e no terceiro fazer uma auto-avaliação. Também tinha um campo disponibilizado para inclusão de comentários adicionais. Das fichas entregues 29 foram devolvidas devidamente preenchidas, onde foram apurados os seguintes resultados:

I. AVALIAÇÃO QUANTO À ORGANIZAÇÃO

	Péssimo	Regular	Bom	Ótimo
Divulgação do evento com antecedência adequada	0%	21%	34%	45%
Programação do Evento	0%	7%	41%	52%
Local do evento (instalações físicas, acesso, segurança)	0%	3%	28%	69%
Apoio recebido no local do evento	0%	3%	21%	76%
Equipamentos: multimídia, som, material distribuído	0%	0%	21%	79%
Coordenação do evento	0%	7%	24%	69%
Média	0%	7%	28%	65%

II. AVALIAÇÃO DA CONDUÇÃO DA REUNIÃO

	Péssimo	Regular	Bom	Ótimo
Comunicação, objetividade e clareza	0%	7%	48%	45%
Metodologia da condução	0%	17%	34%	49%
Estimulo à interação entre os participantes	3%	10%	41%	46%
Média	1%	11%	41%	47%

III. AUTO-AVALIAÇÃO

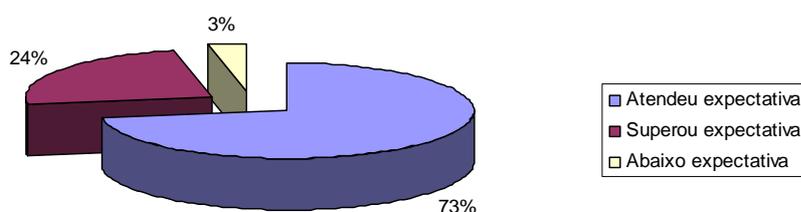
	Péssimo	Regular	Bom	Ótimo
Facilidade de entendimento dos pontos de agenda abordados	0%	0%	69%	31%
Capacidade de transmitir os resultados produzidos durante a reunião à sua equipe de trabalho e à rede local de enfrentamento ao tráfico de pessoas	0%	3%	56%	41%
Relação com a CETP/DEJUS/SNJ/MJ	0%	10%	38%	52%
Relação com os outros participantes	0%	7%	41%	52%
Avaliação de seu desempenho e aproveitamento como participante	0%	7%	69%	24%
Média	0%	5%	55%	40%



Nesse quesito das 29 fichas recebidas apenas 16 continham comentários⁹

Sistematização dos comentários opcionais	
Sugestões/Comentários	Cumprimento do horário
	Dinamizar pontos da reunião
	Pensar na possibilidade de junção das equipes técnicas para troca de experiências
	Incluir na discussão o tema adoção ilegal
	Carga horária maior
	Cronometrar tempo de fala dos inscitos
	Investir em videoconferência
	Debater a pauta com a Rede
	Registrar carga horária no certificado/declaração
	Aprofundar debate
Positivos	Qualidade técnica dos facilitadores
	Espaço de discussão
	Reunião produtiva
	Pauta
	Comprometimento com o tema
Negativos	Diárias não depositadas a tempo para custear as despesas do participante
	Carga horária extensiva
	Metodologia GT
	Ausência de interação entre participantes

AVALIAÇÃO GERAL



⁹ Os comentários sombreados apareceram mais de uma vez.

4. Anexo

CD contendo:

- *Áudio da reunião (3 dias)*
- *Registro Fotográfico*
- *Listas de presença assinadas*
- *Fichas de Avaliação*
- *Tabulação dos dados – Fichas de Avaliação*
- *Termo de Cooperação (GT Protocolo de Encaminhamento)*
- *Agenda Tentativa da VII Reunião Técnica*
- *Fluxograma revisado PÓS reunião*
- *II PNETP – Cartilha*
- *II PNETP – Vídeo*
- *CONATRAP - Apresentação da Metodologia de Construção*
- *CONATRAP – Proposta Eleição Representante da Rede*